

Conselho Municipal de

Saúde do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 12/05/2020**

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, em segunda convocação para a realização da continuação da pauta, objeto da reunião ordinária ocorrida no dia cinco de maio passado no período das catorze horas às dezenove horas e trinta minutos, na sala Virtual da plataforma Zoom, onde reuniu-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Julia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS-RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira Monica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres - UBM/RJ); conselheiro Marcellus Cezar Gomes de Brito (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e a conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheiro suplente Nelson Robson Mendes de Souza (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO) e o conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINPSI). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Marcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Cristiany da Silva Ávila (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Caroline Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro); conselheira Carmen Sandra

**Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD); conselheira Cristina Guedes Veneu (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD); conselheiro Sérgio Teixeira Aquino (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO) e a conselheira Patrícia Furtado da Silva (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ).** 1) **Deliberação** das atas de 12/11/2019, 10/12/2019 e 18/02/2020. 2) Deliberação do processo 09/002328/2019 – assunto: Descredenciamento do CDR Centro (CDS AP 1.0) e Deliberação do processo 09/001465/2019 do Hospital Serviço de Assistência Social Evangélica – SASE – assunto: Descredenciamento (CDS AP 5.1) – 5 minutos. 3) Deliberação do Regimento Interno da Comissão Executiva 2020 – 20 minutos. 4) Deliberação sobre a proposta de Pactuação de metas interfederativas estaduais e nacionais para o ano de 2020 – 20 minutos. 5) Deliberação sobre a proposta do Relatório Anual de Gestão – RAG 2019 – 20 minutos. 6) Covid-19 – 30 minutos. 7) Deliberação do Ofício nº 096/2020/S/SUBREG – assunto: Edital de Convocação Pública nº 002/2019 na área de oftalmologia – 10 minutos 8) Apresentação e Deliberação do Ofício S/SUBPAV/CGA PS Nº 07/2020 – assunto: Credenciamento das Equipes de Atenção Primária e Equipes de Saúde Bucal - 15 minutos. 9) Escolha de suplente para o Comitê de Mortalidade Materna – 5 minutos. 10) Criação de comissões de trabalho do CMS/RJ e escolha de seus membros – 40 minutos. 11) Informes da Secretaria Executiva – 10 minutos. 12) Informes da Gestão da SMS – 10 minutos. 13) Informes do Colegiado – **05** minutos por conselheiro. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** iniciou a segunda parte da reunião, mas antes de continuar pediu um encaminhamento: inversão de pauta, ou seja, os comentários sobre a palestra da Covid-19 fossem feitos depois do **ponto 11**. Em seguida, expressou seu sentimento por todos os parentes e amigos das pessoas que tinham falecido pela Covid-19, como a senhora “Cici”, mãe da Presidente do Conselho Distrital da AP. 1.0, senhora Mariléia Lúcio Ormond. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou em votação a inversão de pauta, que foi aprovada por maioria simples. **Ponto 7:** Deliberação do Ofício nº 096/2020/S/SUBREG – assunto: Edital de Convocação Pública nº 002/2019 na área de oftalmologia. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou os itens que tinham sido aprovados na primeira parte da reunião e deu uma breve explicação sobre esse ponto ao dizer que existia carência de oftalmologistas na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, a contratação de clínicas de oftalmologia. Colocado em votação, o Edital de Convocação foi aprovado por maioria simples. **Ponto 8:** Apresentação e Deliberação do Ofício S/SUBPAV/CGA PS Nº 07/2020 – assunto: Credenciamento das Equipes de Atenção Primária e Equipes de Saúde Bucal. Novamente, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** deu outra breve explicação. O **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** disse que no ofício não tinha detalhamento do que seria feito, inclusive no ano passado a prefeitura tinha começado a fazer unidades com quinze mil, sete mil pessoas fora do modelo da Estratégia de Saúde da Família e que essas unidades com quinze mil pessoas estavam tendo um resultado péssimo, um atendimento muito ruim e não eram financiadas. Em relação às equipes que eram financiadas era preciso exigir que escrevessem que eram Equipes de Estratégia da Família e, que tinham agentes comunitários que teriam toda a formação adequada da estrutura de atendimento da família, inclusive com número populacional entre três mil e quatro mil no máximo. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** concordou dizendo que o Ministério da Saúde não admitia clínicas que atendessem além da capacidade, que tinha equipe incompleta, mas sim para as clínicas com equipes completas e dentro do padrão que o Ministério da Saúde admitia e se não fossem não seriam credenciadas. Colocado em votação, o

pedido de credenciamento das Clínicas de Saúde Bucal foi aprovado por maioria simples. **Ponto 9:** Escolha de suplente para o Comitê de Mortalidade Materna. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** fez uma breve explanação e, em seguida perguntou qual o voluntário ou voluntária queria participar. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** foi a única que se voluntariou. Então foi feita uma votação para homologar o nome da **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, que foi aprovado por maioria simples. **Ponto 10:** Criação das comissões de trabalho do CMS/RJ e escolha de seus membros. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** fez o resumo histórico de cada comissão, com explicações sobre demandas, pautas, capacitações e outros assuntos. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** pediu que os conselheiros se manifestassem. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** propôs a criação da Comissão de Saúde e Justiça Reprodutiva fazendo breve defesa. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** propôs a criação da Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas fazendo também breve defesa. O **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** propôs a criação da Comissão de Fiscalização da Atenção Primária de Saúde – APS fazendo da mesma forma uma breve defesa. O **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior** pediu para manter o nome da Comissão IST/AIDS e retirar a frase ‘hepatites virais’. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** pediu para fazer a defesa da Comissão de Gênero, Raça e Etnias. Ressaltou que essa comissão é de suma importância, principalmente, na área da Saúde, sem contar a nível social a importância dessa comissão. Disse que, evidentemente nós, os negros e as negras são a maioria dos que estavam trabalhando, principalmente na área da saúde; é a que sofre mais porque tem todo um processo discriminatório, por exemplo, hoje não sabe quantos negros e negras morreram por conta do coronavírus e se existe pesquisa nesse sentido. Então se faz necessário ter essa pesquisa, inclusive são a maioria na sociedade, uma maioria esquecida, pois estão sempre à margem da sociedade. Portanto, é muito importante. Tem a questão do processo da tipificação de cor, que tinha sido abandonado e não existe mais. Por isso, quer participar dessa comunidade para discutir, de fato, esse processo discriminatório que é muito grande dentro da área da saúde. Da Distrital da AP 5.2, o **conselheiro Aldair Sales** informou que estava como membro voluntário de fiscalização do orçamento do SUS da AP 5.2 e gostaria de participar da Comissão de Fiscalização do Município para saber como o orçamento estava vindo a nível federal, passando pelo estadual e municipal; e como estava sendo distribuído pelos territórios, nas AP’s do município. Mas, infelizmente, por causa do horário de trabalho não poderia participar. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** fez a leitura das comissões, e, também, das três comissões que foram sugeridas, além da mudança do nome da Comissão DST/AIDS. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** sugeriu que as reuniões das comissões passassem a ser tratadas a distância e pediu a avaliação do Colegiado sobre isso. O motivo é que está fazendo o curso de Direito, que paga a faculdade e não poderia vir nos dias para as reuniões de uma comissão, reuniões que são feitas na Prefeitura, no CASS e que imaginassem os profissionais de saúde e aqueles que são de outras áreas, todos tinham suas atribuições que prejudicavam a reunião presencial, pois alguns moram em Paquetá, outros em Santa Cruz e outros moram em outras regiões e demanda tempo e dinheiro para chegarem até a Prefeitura do Rio, inclusive pegar transporte de ‘massa’, gastar mais para chegar mais rápido, enfrentando o perigo da Covid-19. No caso de necessidade poderiam se encontrar presencialmente. E por uma questão de saúde pública gostaria que o CMS/RJ se posiciona-se pedindo que o número de transportes volte ao normal, pois tinha sido reduzido pelo prefeito. Interrompendo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que essa fala não fazia parte desse ponto e que poderia falar na continuação do ponto 6, referente a Covid-19. Entretanto,

concordou que era melhor que os membros das comissões usassem a videoconferência. Em seguida, disse que tinham ficado nove comissões para serem votadas. A **conselheira Márcia Reis da Silva** pediu desculpas por não ter estado desde o início, pois estava em uma atividade para a Secretária de Saúde. Por esse motivo, perdeu o início da reunião mas continuaria na reunião acompanhando, mesmo sem saber as questões que tinham sido conduzidas para as comissões. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou em votação as nove comissões, que foram aprovadas por maioria simples. Informou que começaria o processo de composição de cada comissão. Após longo debate foram constituídas as comissões com seus respectivos membros. Comissões constituídas no CMS-RJ – Quadriênio 2020-2023: **Comissão de Saúde e Justiça Reprodutiva**: conselheiros participantes: Morgana Eneile Tavares de Almeida e Suelen Guimarães dos Santos. **Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas**: conselheiros participantes: Maria Clara Migowski Pinto Barbosa e Rene Monteiro de Almeida Junior. **Comissão de Fiscalização da Atenção Primária em Saúde – APS**: conselheiros participantes: Nelson Robson Mendes de Souza, Carlos Alberto Bessa Menezes, Mônica Fernandes Lahmann e Wagner Gomes Bezerra. **Comissão IST/AIDS**: conselheiro participante: conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior. **Comissão de Saúde do Trabalhador**: conselheiros participantes: Ludugério Antonio da Silva, Carlos Alberto Bessa Menezes, Nelson Robson Mendes de Souza, Suelen Guimarães dos Santos, Wagner Gomes Bezerra e Wilson Nilson da Rocha. **Comissão de Saúde Mental**: conselheiros participantes: Ludugério Antonio da Silva e Mônica Fernandes Lahmann. **Comissão de Educação Permanente**: conselheiros participantes: Carmen Sandra Portugal Nogueira, Caroline Carvalho Caçador e Morgana Eneile Tavares de Almeida. **Comissão de Gênero, Raça e Etnias**: conselheiros participantes: Ludugério Antonio da Silva, Oswaldo Sérgio Mendes, Morgana Eneile Tavares de Almeida e Mônica Fernandes Lahmann. **Comissão de Orçamento e Finanças**: conselheiros participantes: Nelson Robson Mendes de Souza, Oswaldo Sérgio Mendes, Neide Maria Neres Tinoco, Patrícia Furtado da Silva, Julia Daniela de Castro e Márcia Reis da Silva. Ao final, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou em votação a composição das comissões que foi aprovado por maioria simples. Prosseguindo, disse que cada comissão se reuniria e deliberaria sobre seu funcionamento. Essas comissões não precisariam passar pelo Colegiado, pois, cada comissão define sua forma de trabalho. Por exemplo, se quisesse convidar alguém etc... cada comissão formaliza seu calendário e, em seguida encaminha para a Comissão Executiva para que tome conhecimento e informe ao Colegiado como as comissões estão trabalhando. Em cada reunião do Colegiado, cada comissão tem um momento para falar do seu trabalho e cada comissão que quisesse colocar um ponto de pauta na reunião do Colegiado, que envie esse pedido para a Comissão Executiva para que seja colocado esse ponto de pauta para a comissão discutir. Em suma, em um segundo momento os membros se reúnem com as comissões separadas e a Secretaria Executiva poderia ajudar etc. **Ponto 11**: Informes da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou ressaltando que essa reunião é a continuidade da reunião realizada no dia cinco de maio, e as decisões que tinham sido tomadas e repassadas aos conselheiros, tinham ido todas para publicação. Ressaltou ainda que havia enviado para a **conselheira Márcia Reis da Silva**, que junto com a **conselheira Julia Daniela de Castro** que colocassem no Sistema as deliberações com referência a Pactuação e ao RAG 2019. **Ponto 12**: Informes da Gestão da SMS. A **conselheira Márcia Reis da Silva** informou que recebeu do **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** os encaminhamentos dos conselheiros para colocarem no Diário Oficial, acerca da aprovação do Pacto Interfederativo e do Relatório Anual de Gestão 2019, faltando aguardar a publicação. Relatou que combinaria com a **conselheira Julia Daniela de**

**Castro** para que fizessem a entrada dessas informações, que tinham sido aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde quanto aos documentos. Disse que existia uma necessidade de marcarem uma reunião extraordinária para apresentação da **PAS** (Programação Anual de Saúde) 2021, porque a qualquer momento agendariam para a **PLDO** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) uma audiência na Câmara de Vereadores. Então precisavam apresentar a PAS 2021 para ser avaliada pelo Conselho Municipal de Saúde e, por isso, solicitava que verificassem a disponibilidade para fazerem essa reunião extraordinária o quanto antes. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou a **conselheira Márcia Reis da Silva** se tinha condição de enviar a PAS 2021 para os conselheiros tomarem conhecimento antes de ser apresentada. A **conselheira Márcia Reis da Silva** respondeu que estava construindo a apresentação e assim que terminasse encaminharia até quinta (14 de maio) aos conselheiros para que julgassem as considerações que fossem importantes para que em uma próxima reunião fizessem a apresentação no Colegiado para depois ser votada. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou se a conselheira pode disponibilizar no grupo da SMS, pois seria bom porque os conselheiros veriam, mas depois se encarregaria de passar para todos os conselheiros de forma individual. A **conselheira Márcia Reis da Silva** concordou em encaminhar e, em seguida o CMS/RJ encaminharia por e-mail aos conselheiros para que tomassem ciência. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que a Secretaria Executiva deve se reunir com a Comissão Executiva na outra semana para discutirem isso e marcar a reunião. A **conselheira Márcia Reis da Silva** fez outra solicitação para a Comissão Executiva que sempre que fosse possível e necessário, quando as pautas fossem construídas e houvesse a necessidade de convidarem a técnica que, por gentileza, o fizessem porque na última reunião, tinha identificado o tema Covid e que tinha acabado se antecipando a um convite, que no seu entender precisava ser realizado pela Comissão Executiva. De acordo? O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** concordou que esse era o caminho correto e perguntou se tinha mais informes da Secretaria Municipal de Saúde. A **conselheira Márcia Reis da Silva** respondeu que, nesse momento não e explicou que estava tendo muito trabalho, muitas demandas para preparar todos os instrumentos, com a preocupação de que precisavam ser aprovados para garantir, inclusive, que no momento da **PLDO** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), os conselheiros tivessem feito todas as avaliações possíveis para aguardar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias fosse disponibilizada para todos, e ver, o que efetivamente, poderia ser executado para o ano de 2021. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** pediu à **conselheira Julia Daniela de Castro** para que entrasse em contato com a **conselheira Márcia Reis da Silva**, que por sua vez perguntou se a **conselheira Julia Daniela de Castro** teria disponibilidade para fazer isso, amanhã, na Secretaria Municipal de Saúde e com isso poderem entrar com os dados no Sistema. A **conselheira Julia Daniela de Castro** informou que tinha três assuntos agendados para amanhã e perguntou se poderia fazer isso na quinta-feira. A **conselheira Márcia Reis da Silva** respondeu que ajustaria sua agenda para poder ver o melhor dia, depois avisaria o dia certo para a **conselheira Julia Daniela de Castro**. Houve anuência. Antes de passar para outro ponto, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que a criação de uma comissão para acompanhamento dos familiares de pacientes com a Covid-19 nas unidades de saúde, tinha sido proposta na reunião do último dia 05 de maio e que havia sido publicada no Diário Oficial, o que lhe deixou muito satisfeito porque os parentes reclamavam que não tinham informação sobre o estado de saúde do paciente. Então enviou por e-mail a todos os conselheiros. Afirmou se tratar de um novo núcleo, que trabalharia em cada unidade de saúde, que estava trabalhando com a Covid-19, que tem profissionais especializados. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes**

fez um encaminhamento: que os conselheiros das unidades distritais de saúde participassem nas unidades de saúde junto a coordenação, se fosse possível, para que se juntassem a esse grupo. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que era muito importante a participação de conselheiros distritais junto com suas coordenações de área, principalmente agora com a instituição dessa equipe, para que possam ajudar e para fazer com que isso desse certo. Era isso que a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** estava falando. **Continuação do Ponto 6:** Covid-19 – Comentários dos conselheiros a respeito da Palestra. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse esperar que as reuniões fossem feitas dessa forma e que os conselheiros estivessem presentes fisicamente quando fosse necessário, a partir desse momento de pandemia. Parabenizou os enfermeiros pelo dia mundial da enfermagem. Mas não só os enfermeiros, também o auxiliar de enfermagem até o enfermeiro de nível superior, que Deus guarde a todos para que tenham muita saúde para ajudar o povo brasileiro a ter saúde, prevenção contra doenças e processo de cura. Com relação ao transporte coletivo disse que gostaria que o Conselho Municipal de Saúde elaborasse um documento para entregar ao prefeito pedindo que avalie a questão do transporte, porque não adianta prevenir a expansão da Covid-19 quando se retira transportes de circulação, principalmente, quando tem todos os tipos de transportes funcionando, mas que não são suficientes para atender a população. Outra questão impactante para a saúde são os profissionais de saúde que não estão sendo valorizados. Disse que a RioSaúde concederia uma gratificação de 20% no salário de seus profissionais de saúde que estão na linha de frente. Disse que os membros do CDS da AP 5.2 sabem e entendem que o regime jurídico de vinculação são diferentes mas não significava que o profissional de saúde da administração direta seja tratado com indiferença. Se todos estão fazendo o mesmo trabalho por que alguns merecem o reconhecimento e outros não. Pediu que os conselheiros fizessem um documento e entregasse ao prefeito para que o profissional de saúde da administração direta receba também os 20%, sendo assim valorizados. Outra questão, explicou que encaminharam uma demanda do CDS da AP 5.2, hoje, relacionada ao Hospital Estadual Eduardo Rabello (HEER), que é especializado em geriatria. Conforme apresentado por escrito ao CMS/RJ existe uma série de irregularidades que estavam sendo apontadas. Entendia que o HEER é um hospital estadual, mas é o SUS dentro da cidade do Rio de Janeiro e dentro do território da AP 5.2. Portanto, queria que as autoridades e os conselheiros municipais presentes fizessem uma representação junto ao Estado do Rio de Janeiro para tomarem providências em relação ao HEER, que conforme tinha sido noticiado havia vagas de UTI que não foram disponibilizadas, inclusive uma pessoa da região de Moricaba havia falecido por falta de vaga de UTI, quando nesse hospital, conforme tinha noticiado, existia uma UTI com sete leitos e apenas dois estavam sendo utilizados. Então as comunicações da AP 5.2 devem ser apuradas para saberem se esse fato tinha acontecido ou não e, se tivesse acontecido os responsáveis devem ser responsabilizados porque é inadmissível que uma pessoa que mora no Bairro Senador Vasconcelos tenha que esperar uma UTI quando no HEER existem leitos de UTI e outras situações. Por exemplo, um vídeo que estava sendo veiculado na internet, o Dr. Bruno Chagas, que era presidente do IASERJ, disse que tinha doado cem máscaras para esse hospital (HEER) e ficava a pergunta no ar: o IASERJ ao qual o HEER estava vinculado, ele recebia doações ou era uma obrigação do Instituto fornecer insumos e materiais para aquela unidade hospitalar. Então a AP 5.2 agradece antecipadamente as autoridades presentes, aos conselheiros e a presidente deste CMS/RJ que ajudaram a AP 5.2 na solução dessa demanda. A outra questão se refere a medicamentos. Disse que a AP 5.2 está com problema sério de medicamentos porque nem todas as farmácias e unidades de saúde tem medicamentos para fornecer. Por exemplo, o Ivermectina, que estava sendo muito utilizada, recomendada e receituada na AP 5.2;

que na AP 5.3 tem tido um caso da voluntária que havia pedido a providência na AP 5.2 e, para não trazerem a demanda da AP 5.3, tinha sugerido que a voluntária entrasse em contato com o coordenador da AP 5.3, o senhor José Carlos Bicaco e que falasse com ele da necessidade de aceitarem a receita, uma vez que ela é moradora da AP 5.3 e estava precisando da Ivermectina, que segundo a voluntária o coordenador, senhor José Carlos Bicaco perguntou se tinha prazo para atender essa demanda. Informou ao Colegiado que os membros da AP 5.2 não estão podendo trabalhar com prazos, pois a Covid-19 “marcha” com muita velocidade e se tem medicamentos disponíveis nas farmácias das unidades de saúde, se ainda deveriam perguntar se havia prazo para fornecer o medicamento ao paciente doente? Então pediram providências as autoridades competentes quanto ao caso. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** disse que em relação a questão dos medicamentos, que tinha sido noticiado que estava em falta e queria saber como tinha ficado a situação desses medicamentos, imprescindíveis para levarem as pessoas ao coma induzido. Outra questão: relatou que, hoje, acompanhou através da mídia que estava tendo escassez de profissionais de saúde nos hospitais de campanha e que tinha sido investido muito dinheiro na construção desses hospitais, e, hoje, eles não estavam funcionando com capacidade de cem por cento por conta da escassez de profissionais de saúde. Continuou dizendo que alguns profissionais de saúde que tinham sido selecionados, chegaram às unidades de saúde e foram dispensados porque, teoricamente, não atendiam ao perfil solicitado. A outra questão são esses profissionais de saúde que não foram devidamente treinados para trabalharem com a Covid-19. Então são três coisas, entre tantas outras que a preocupam muito. Por isso, queria saber se tinha alguém para dar respostas a esses questionamentos. A questão do medicamento, que segundo relato tinha sido retirado do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla para ser levado ao hospital de campanha e se isso já tinha sido normalizado, além da questão dos profissionais. O **conselheiro distrital** da AP 5.2, **Aldair Sales** disse que gostaria de saber, ou se alguém pode orientá-lo, quem é o técnico responsável que poderia falar um pouco mais de orçamento e fiscalização, mesmo que fosse por e-mail ou WhatsApp, carta, fax... para que ele pudesse tirar algumas dúvidas ou entregando material para entender um pouco mais sobre a fiscalização de orçamento, não só do município como da AP 5.2. Outro ponto, disse querer saber a relação de recursos, não só a nível federal, se isso tinha saído em Diário Oficial quanto às doações, não só em dinheiro, cestas básicas, insumos, máscaras, gases, material eletrônico, o que a prefeitura já tinha recebido de doações dos empresários, cantores etc... e, se tinha essa informação. Afirmou que tentou buscar no Tribunal de Contas informações para conhecer um pouco mais da AP 5.2, mas só tinha descoberto algumas coisas. Sobre outro ponto, disse até que ponto, participando de uma comissão conseguiria ter informações. Por exemplo: queria saber quanto tinha custado ao prefeito um resumo, do que se estava fazendo no combate ao coronavírus, através de tecnologia. Sobre outro ponto, disse que o prefeito tinha mencionado que instalaria um tomógrafo no Posto de Saúde Belisário Pena, localizado no Bairro de Campo Grande e dentro da AP 5.2, mas não tinha sido oficializado e esperava a publicação para começar os trabalhos junto a comissão. Perguntou ainda quanto seria gasto para instalar o tomógrafo, qual a empresa que faria o serviço e onde isso tinha sido publicado. Se eram coisas que ficavam ocultas, os conselheiros distritais e do municipal não conseguem ter essas informações e, até que ponto a Coordenação da AP 5.2 poderia dar uma informação a eles. Disse que estava começando a questionar a democracia, as leis de fiscalização e a transparência no recurso público, pois está curioso e queria saber quanto de material é dado a uma clínica da família porque não adianta participar de uma comissão se não sabe o processo. Informou que fica difícil desenvolver um trabalho e como o prefeito está usando recurso emergencial para fazer, como ele poderia

comprovar isso futuramente, pois o recurso está sendo aplicado de forma incorreta. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** dirigiu-se ao **conselheiro distrital** da AP 5.2 **Aldair** e disse que existem instrumentos para orientar os conselheiros que responderiam a muitos questionamentos feitos por ele. Dentre esses instrumentos está a prestação de contas quadrimestral, o acompanhamento da Lei Orçamentária, a Página da Transparência no Portal da Prefeitura e o Tribunal de Contas do Município. Acrescentou que a Câmara dos Vereadores criou uma Comissão de Acompanhamento em relação aos gastos com a Covid-19, tendo em vista a decretação do estado de calamidade que liberava o orçamento para o Prefeito. E ainda, que outros dados poderiam ser obtidos na Coordenação de Área, por intermédio da Comissão Executiva do Conselho Distrital. O próximo a falar foi o **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** dizendo que faltava coordenação entre o prefeito, o governador e o governo federal no que estava sendo feito e que isso dificultava todas as ações, além de se ter muitas informações conflitantes. Falou da falta de equipamentos de proteção individual; da falta de insumos básicos e da falta de respiradores, pois muitos chegavam com defeitos e sem condições de uso. Referiu-se ao incêndio que aconteceu no Maracanã, e deixou claro que a estrutura montada nesse local não era adequada. Referiu-se, também, aos contratos provisórios que estavam sendo feitos sem vínculo empregatício e sem garantias nenhuma para o contratado, o que os tornava nada atrativos; pois, se o funcionário adoecesse ou morresse ficava desamparado. Falou da falta de pagamento do pessoal que trabalhava no Hospital Ronaldo Gazolla e em outros locais, também; daqueles que não eram da área médica como limpeza e etc, e do pessoal de firmas terceirizadas, que, também, estavam sem receber desde março. Que vários profissionais como ortopedistas, oftalmologistas dentre outros, que não têm conhecimento técnico para lidar com pacientes clínicos, estavam sendo deslocados para atender nos locais que estavam sendo abertos, deixando hospitais como o Souza Aguiar, Miguel Couto sem pessoal para atendimento aos casos de urgência. Prosseguindo, a **conselheira Patrícia Furtado da Silva**, com a palavra, disse que ratificava tudo o que o **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** falou. Informou que o Estado instituiu um conselho de experts e que, diante dos últimos fatos ocorridos na Secretaria de Saúde, talvez, pudessem provocar uma discussão visando a instituição de um conselho de experts na Prefeitura, com a participação de pessoas que pudessem ajudar no processo de definir respostas claras. Referiu-se a desinformação em torno dos processos, em torno dos dados onde a subnotificação é altíssima e a falta da adoção de fiscalização de protocolos institucionalizados, como itens a serem melhorados. Após, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que era importante deixar registrado que, muitas vezes, a forma como as informações chegavam ao Conselho Municipal não era acessível à compreensão dos conselheiros e que o Conselho Municipal deveria receber os materiais em linguagem acessível e se fosse o caso, inclusive, com a construção de glossários de termos para auxiliar a compreensão. Sobre a Covid-19, entendia que o Colegiado ainda não tinha se posicionado; que era preciso deixar os melindres de lado, porque se posicionar diante das coisas não era ser contra as pessoas físicas que representavam coisas, mas afirmar o quê o Conselho Municipal considerava importante. Que diante disso, achava que o Colegiado precisava elaborar um documento sobre a Covid-19 que expressasse o que havia sido colocado na reunião. Acrescentou que, diante da situação desesperadora, tanto dos pacientes quanto de seus familiares acerca das dificuldades de apoio a ambos, o Decreto mencionado anteriormente era muito frágil; que já havia estudos sobre o impacto da falta de acolhimento afetivo nos pacientes que estavam nesses lugares vivendo um processo de solidão tremendo e entendia estarem diante de um desafio novo, nunca vivido antes. Após, desaprovou a maneira pela qual a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde enviava os e-mails que se referiam às publicações do



Dário Oficial para os conselheiros. Entendia que todos tinham uma rotina de vida no trabalho, com as suas funções e, mesmo assim, tinham que abrir os anexos que o e-mail continha, para saber do que se tratavam. Ainda, sabia que tinham de ser pró-ativos, mas que a Secretaria Executiva deveria apoiar os conselheiros no sentido de dar facilidade no acesso à informação para que pudessem, de imediato, saber o que era urgente ou não. Sugeriu que o apoio técnico colocasse no corpo do e-mail o conteúdo à que se referia a publicação. Sobre os Relatórios e referindo-se a lógica da transparência disse que não podiam esperá-lo para saber o que havia acontecido; a Gestão tinha de achar uma forma de manter os processos “on time” para os conselheiros. Sugeriu vincular o conjunto de informações necessárias ao conhecimento deles a um lugar de fácil acesso. Acrescentou que presumia que na Secretaria havia técnicos que poderiam juntar informações das coisas que estavam acontecendo e disponibilizá-las para o Conselho Municipal de forma imediata. Sobre as denúncias, disse merecerem ser protocoladas e receberem uma numeração para que pudessem, mais tarde, saber se foram resolvidas ou não. Por fim, solicitou à Secretaria Executiva que lhe enviasse relação atualizada dos telefones e e-mail de todos os Conselhos Distritais e conselheiros. A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, em resposta a algumas situações levantadas pela **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, disse que todos os emails enviados aos conselheiros, de matérias publicadas no Diário Oficial, se referiam a Covid-19. Esclareceu que a Secretaria Executiva estava tendo esse cuidado com o intuito de ajudar o conselheiro na situação atípica que estavam vivendo (da Pandemia) e que é obrigação dos conselheiros ler o Diário Oficial, diariamente, e que, normalmente, a Secretaria Executiva só enviava aos conselheiros, matérias que vinham do Conselho Nacional de Saúde ou do Conselho Estadual de Saúde e, ainda, que assuntos pertinentes à Secretaria Executiva como a mudança de subsecretário, também, eram de interesse dos conselheiros. Falou da precariedade da estrutura; que não tinham técnicos com capacidade de desenvolver determinados assuntos. Por isso, o conselheiro precisa se envolver dessa forma no assunto, o que o fazia merecedor de todo o louvor desse Secretário Executivo. Por fim, disse que, não como Secretário Executivo, mas como militante do SUS, achava que os conselheiros escreviam pouco; que era necessário irem para as reuniões com documentos escritos em forma de propostas com os assuntos que fossem levantados para o Conselho Municipal aprovar ou não e que, só assim, veriam se a Secretaria Executiva responderia. Atendendo a sugestão do **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** pediu ao **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** e a **conselheira Patrícia Furtado da Silva** que dessem início à construção de um documento sobre a questão da atenção às pessoas, para ser entregue antes do final da reunião. A **presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** dirigiu-se a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** dizendo que concordava plenamente com ela. Porém, entendia que a estrutura do Conselho Municipal de Saúde é muito falha e que nos Conselhos Distritais sequer havia administrativos ou um corpo técnico. Então, era preciso que os conselheiros aprendessem a escrever para documentar de forma oficial (com as assinaturas) tudo o que pleiteavam. E que, somente assim, a presidente do Conselho e o Secretário Executivo juntamente com a Comissão Executiva teriam respaldo para cobrar respostas do governo. Complementando as respostas dadas aos pleitos da **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** falou da importância da visita à página do Conselho Municipal de Saúde, onde são encontrados os endereços e os contatos dos conselhos distritais, atualizados. A seguir, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** relatou que, na semana anterior, esteve no Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, hospital referência no tratamento da Covid-19, onde várias pessoas que estavam internadas morreram em consequência da falta

de luz ocorrida lá, embora o gestor negue que o motivo das mortes tenha sido esse. Contou que tinha visto pessoas tentando buscar informações sobre o estado de saúde de familiares internados, que não lhes eram dadas. Lembrou que a sonegação de informação era crime e que era importante terem em mãos mecanismos para acompanhar todos esses acontecimentos. Ratificou a fala da **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** de que era relevante terem em mãos, com antecedência, os documentos que diziam respeito ao que iriam discutir nas reuniões. Expôs que no dia 8 de maio de 2020, na Policlínica Rodolfo Rocco, tinha sido inaugurado um tomógrafo de última geração, com capacidade para 1.200 exames, que tinha custado quatrocentos e cinquenta mil dólares segundo informações que tinha, para atender aos pacientes com suspeita da Covid-19 e que, até o dia anterior ao da reunião, não estava funcionando por falta de pessoa capacitada para operá-lo. Após, a **conselheira Márcia Reis da Silva**, respondendo aos questionamentos, disse entender que todas as demandas ali pleiteadas, diziam respeito à gestão. Acrescentou que tinha assumido, recentemente, a função que a Dra. Dayse, que tinha sido representante da Secretária de Saúde no Conselho Municipal de Saúde e na Comissão Executiva, ao longo de dois anos, tinha: a de instrumentalizar o Conselho Municipal de Saúde com todas as ferramentas necessárias ao Controle Social. Sabia, também, que era necessário que tivessem um canal de comunicação de fácil compreensão para todos os profissionais e todos os que compõem o Conselho Municipal de Saúde e que apresentar um instrumento pronto para que fosse aprovado não era a melhor alternativa. Por isso, precisavam buscar caminhos adequados para solucionar essa questão. Referiu-se a importância da Comissão de Educação Permanente no processo de apropriar todos com os instrumentos necessários para que pudessem acompanhar e monitorar, de forma mais adequada, tudo o que acontecia, bem como todas as demandas. Em relação às demandas que diziam respeito à necessidade de comunicação entre pacientes que estavam internados nas Unidades de Saúde e seus familiares, disse que era, no mínimo, cruel imaginar que tinham quebrado o elo de comunicação entre eles. Acrescentou que concordava com tudo o que havia sido dito; que tem a Ouvidoria 1746, que, inclusive, é uma ferramenta paga pela Prefeitura; que existe uma ouvidora na Secretaria Municipal de Saúde e também, existem elementos de ouvidoria em todos os Conselhos Distritais de Saúde. Entendia, então, que criar canais paralelos era, absolutamente, desnecessário, pouco profissional e bastante amador, na altura do campeonato, porque não corroboraria com a oficialização dos processos e das respostas que precisam ser conduzidas a quem de direito. Precisavam, sim, resgatar o papel da ouvidoria: se ela não funcionava, era necessário fazer chegar essa informação aos responsáveis para melhorarem a prestação do serviço. Concluiu a fala, informando que, para além do Núcleo de Informação construído com o objetivo de fazer a comunicação entre as unidades de saúde, os hospitais e os familiares das pessoas hospitalizadas, havia, também, membros da área de Saúde Mental nesse Núcleo que teriam a responsabilidade de alinhar procedimentos de suporte e humanização no conjunto das ações necessárias naquele momento, extremamente difícil, que estavam passando. Que tem também um instrumento, um aplicativo, sendo testado, inicialmente, no Hospital Souza Aguiar para mais tarde ser utilizado em todas as Unidades de Saúde, desenvolvido pela equipe do IplanRio, uma empresa pública, para garantir que familiares das pessoas internadas recebessem informações diárias sobre as condições de saúde delas. Solicitou a ajuda de todos os colegas da gestão que faziam parte da Comissão Executiva, na condução dos processos que diziam respeito à área virtual junto ao Conselho Municipal de Saúde. Dando continuidade, a **conselheira suplente da AP 5.2, Sueli dos Anjos Silva dos Santos**, reforçou a fala da **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** quanto à valorização dos profissionais de saúde que eram funcionários públicos, diante da informação de que

somente os profissionais de saúde da RioSaúde ganhariam uma gratificação de vinte por cento. Falou que elaboraria um documento solicitando a instalação de um Pólo para a Covid-19, com profissionais treinados para Campo Grande, área da AP 5.2 onde se registravam grande número de óbitos e como, durante a noite e finais de semana, as Clínicas da Família e Postos de Saúde ficavam fechados, sobrecarregando muito o Hospital Rocha Faria e as duas UPAs existentes lá. Em seguida, a **conselheira suplente Cristina Veneu**, falou da sua felicidade ao saber que a **conselheira Márcia Reis da Silva** tinha visão da importância da Comissão de Educação Permanente no processo de capacitação e informação dos conselheiros no que diz respeito à questão do entendimento de relatórios. Disse que discordava da fala da **presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** quando tinha falado que a Comissão de Educação Permanente não era ativa. Lembrou que, muitas vezes, essa Comissão não teve o apoio necessário da própria Gestão e que, por diversas vezes, tiveram que pedir para que um interlocutor viesse ao Conselho Municipal fazer uma apresentação das demandas necessárias. Prosseguindo, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** voltou à fala e referiu-se à má distribuição de profissionais de saúde nas Unidades, deu como exemplo o fato de uma Unidade em Cascadura, ter 5 profissionais THD e na AP 5.2 haver carência desses profissionais. Sugeriu que a RioSaúde, se fosse possível, nesse momento de pandemia, alocasse os profissionais de saúde trabalhando o mais perto possível da área de sua residência. Falou da carência de médicos nas Unidades de Atenção Básica da AP 5.2 e, que mesmo assim, eram retirados de lá para trabalharem nos hospitais de campanha destinados ao tratamento da Covid-19. Referiu-se a demanda enviada à CAP 5.2 sobre a reutilização de máscaras que, até aquele momento, estava sem resposta. Com relação ao que a **presidente do Conselho Municipal, Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse de aprender a escrever, lembrou que em uma reunião do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2, a Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde tinha recomendado que as mensagens escritas no WhatsApp fossem consideradas oficiais. Diante disso, tinha pedido aos conselheiros que, doravante, através da Secretária Executiva, produzissem documentos abordando todas as questões apresentadas nas reuniões para serem encaminhados aos setores competentes. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** dirigiu-se a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** e lembrou-lhe que ela fazia parte da Comissão Executiva e, ainda, que, quando em reuniões fosse dito algo importante a se fazer, seria justamente a Comissão Executiva a responsável por elaborar propostas nesse sentido a serem levadas ao Colegiado para aprovação ou não. Após, a palavra foi passada para a **conselheira Patrícia Furtado da Silva** que disse que a fala da **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** era sempre muito propositiva e que estava à disposição para ajudar no que fosse possível. Com relação aos meios de comunicação com os familiares dos pacientes internados, entendia que usar a Ouvidoria era pouco eficiente, pois ela própria, também, dependia de informações que tinham de vir dos hospitais. Expôs que a UFRJ, pensando nessa comunicação com o paciente, tinha instituído desde o início, um modelo muito simples de relatório diário nas Unidades de Saúde que atendessem a Covid-19. Esse relatório era recebido por um grupo de pessoas que prestavam as informações nele contidas aos familiares dos internados em estado mais grave, ativamente e diariamente. A seguir, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que a Ouvidoria não era o único meio que existia para se obter informações; que elas, também, podiam ser conseguidas junto a Gestão. À partir do conjunto de tudo o que havia sido discutido até aquele momento, propôs a elaboração de um documento que seria encaminhado à Comissão Executiva para análise. Esse documento, caso aprovado, seria encaminhado ao Colegiado para aprovação ou não. Que se pensasse na criação de um canal, talvez um e-mail, como se fosse um observatório do Controle Social da Covid-19 no Rio de


Janeiro, em que pudessem receber cópias das demandas enviadas pela população. Para tanto, pediu ao Conselho Municipal de Saúde que aprovasse o envio à Ouvidoria 1746, de solicitação das cópias de todos os registros que dizem respeito à Covid-19, nos hospitais e postos. Assim, teriam uma dimensão exata daquilo que a Ouvidoria recebia em relação à Covid-19 e qual o tratamento que dava àquilo. A **conselheira Márcia Reis da Silva**, em seguida, disse que tinha a impressão de que não se fazia entender. Esclareceu que as demandas que surgiam sobre pedidos de informação da situação dos pacientes internados vinham acompanhadas de denúncia sobre a dificuldade em receber essas informações. Então, havia duas situações distintas: 1) a comunicação ativa a respeito das condições de saúde dos pacientes era absolutamente necessária e era isso que buscavam com os mecanismos que havia apresentado anteriormente e 2) as questões relacionadas à Ouvidoria tinham a haver com as demandas, que surgiam no WhatsApp, da dificuldade de se obter informações tanto nas Coordenações Regionais, quando ligadas diretamente à Emergência como nas Coordenações de Área. Acrescentou que via, nos pedidos de ajuda, a dificuldade que existia na busca de informações no território e que era essa dificuldade (de conseguir informações no território) que precisava ser levada à Ouvidoria e, não, a de solicitar informação sobre o estado de saúde de pacientes internados. Em seguida, o **conselheiro distrital** da AP 5.2 **Aldair**, com a palavra, disse que o WhatsApp é usado por diversos órgãos da Prefeitura como ferramenta de comunicação, como por exemplo, pela Comlurb. Que não entendia qual era o meio de comunicação que tinham que usar para fazer o controle social no que se referia a propostas, demandas ou denúncias, visto que existe o 136, que em nível nacional, realocava os problemas relatados, para os distritais ou estaduais, indo até onde o problema se encontrava para que fosse dada uma resposta. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, no intuito de encaminhar as propostas sugeridas pela **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, entendia que a proposta de se criar um canal como um observatório da Covid-19 para recebimento e tratamento das demandas necessitava de um estudo mais aprofundado para depois ser discutida pelo Conselho Municipal, porque envolvia uma série de responsabilidades como: quem ficará responsável por receber, analisar e encaminhar as demandas? Qual seria o grau de liberdade que as pessoas responsáveis por esse canal teriam para dar encaminhamento das demandas recebidas? Em resposta, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que já recebiam demandas no Conselho Municipal via WhatsApp, só que não eram tratadas, porque, na verdade, quando as recebiam não sabiam o que fazer com elas, além de dizer para as pessoas que tinham que procurar a Ouvidoria. Entendia que o Conselho Municipal como Controle Social precisava de um espaço para que pudessem ver os casos que ocorriam e, assim, se posicionar diante deles. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** sugeriu, então, remeter o ponto da criação do canal para a Comissão Executiva analisar a sua viabilidade diante das dificuldades que teriam por conta das competências. Acreditava, também, ser apropriado saber quem ficaria responsável por receber as demandas, selecioná-las e encaminhá-las aos setores pertinentes. A **Presidente do Conselho Municipal, Maria de Fátima Gustavo Lopes** interveio e disse que as denúncias tinham que ser averiguadas e os fatos ocorridos, atestados, para serem encaminhados ao Ministério Público. Após, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** colocou em votação as seguintes propostas: 1) de se criar uma comissão para construir um documento sobre tudo o que tinha sido discutido naquela reunião sobre a Covid-19 para que fosse encaminhado para a Comissão Executiva propondo, também, as providências que ela deveria tomar. A proposta foi aprovada por maioria simples. Essa Comissão ficou constituída pelos seguintes membros: **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza, conselheira Patrícia Furtado da Silva, conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, conselheiro Oswaldo Sérgio Mendes e**

**conselheira Júlia Daniela de Castro.** 2) que o Conselho Municipal solicitasse à Ouvidoria da SMS cópia de todas as demandas recebidas por ela sobre a Covid-19, com a explicação do tratamento dado a elas. Essa proposta foi aprovada por maioria simples. 3) de remeter à Comissão Executiva documento propondo a criação de um canal para recebimento das demandas. Proposta aprovada por maioria simples, com um voto contra e nenhuma abstenção. Dando prosseguimento, passaram para o item seguinte da pauta “Informes”. A **conselheira Márcia Reis da Silva** ratificou a informação de que encaminharia a PAS 2021 para os conselheiros a analisarem e poderem, no menor tempo possível, agendar a apresentação dela com o fim de discuti-la e fazer os esclarecimentos necessários para aprovação dela ou não. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, com a palavra, esclareceu que a PAS (Programação Anual de Saúde) era o que constava no Plano Municipal de Saúde (que era dividido em 4 anos) e deveria ser executado pela Secretaria Municipal de Saúde naquele ano. Também perguntou à conselheira do impacto que a Covid-19 daria a PAS 2021. A **conselheira Márcia Reis da Silva** respondeu que o ano 2020 estava sendo atípico e, com certeza, teriam muita dificuldade de alcançar tudo o que fora aprovado em termos de meta. Falou do esforço que a Secretaria de Saúde estava fazendo para garantir que a população, de uma maneira geral, fosse atendida, independentemente da Covid-19; que, no seu entender, era a questão mais séria que tinham pela frente. Referiu-se às questões da Lei Orçamentária que foram aprovadas para 2020, que poderiam ser comprometidas caso houvesse um contingenciamento. Era preciso, então, esclarecer essas questões aos conselheiros para que tivessem clareza daquilo que seria apresentado e depois colocado para aprovação. Definiu a PAS como um recorte dos 4 anos do Plano Municipal de Saúde com metas que, de alguma forma, já haviam sido estabelecidas e muitas delas eram realinhadas ao longo desses 4 anos, exatamente por questões relacionadas ao orçamento. O seguinte a dar informe, foi o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**. Disse que gostaria que ficasse registrado em ata, que no dia 8 de maio tinha sido inaugurado na Policlínica Rodolfo Rocco um tomógrafo que, até aquela data, não estava funcionando. Após, o **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** lembrou aos presentes a triste realidade vivida nos anos passados em que os planos anuais, embora aprovados, não eram cumpridos. Falou que, mesmo sem o problema da pandemia da Covid-19, o orçamento do ano de 2019 tinha tido cortes enormes e, por conta disso, metade das metas não puderam ser cumpridas, conforme foi mostrado na reunião passada. Via nisso, uma completa desarticulação que o deixava muito preocupado. Percebia que esse Plano estava sendo gestado de maneira apressada porque tinha prazo para entrega. Queria saber se o Plano refletia, realmente, a realidade ou era uma obra de ficção. Por fim, disse que quando a Gestão mudava, os novos gestores alegavam que a anterior não tinha deixado verba, embora esses planos tivessem sido aprovados pelos vereadores e referendados pela Câmara Municipal. A seguir, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** informou que a obra para a instalação do tomógrafo no CMS Belizário Penna já estava em curso e que seria interessante saber os custos dessa obra, detalhes muito importante que a Coordenadora da CAP 5.2 poderia passar para eles com bastante precisão. Também, queria saber qual era a previsão para o tomógrafo estar operando dentro do CMS. Informou que a Coordenadora da CAP 5.2, **Dra Halene**, anunciou nos grupos de WhatsApp que 4 Unidades iriam fazer os testes para a Covid-19 e seriam marcados pelas Clínicas da Família. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** agradeceu a todos a colaboração dada na reunião e transcorrida em ótimo nível. Agradeceu também a Universidade de Conestogac que tinha cedido o Sistema para que a reunião pudesse ser realizada e passou a palavra a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** para fazer o encerramento. Dando início falou da importância da reunião, do aprendizado que tinham adquirido nela e agradeceu ao Diego a gentileza que teve para com o Conselho Municipal cedendo o

Sistema, agradeceu a presença de todos e deu por cumprida toda a pauta encerrando assim a reunião. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado a reunião foi encerrada às dezenove horas e trinta minutos e nós, **Marcelo Dionizio Gomes** e **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

  
Marcelo Dionizio Gomes

  
Maria da Conceição Ramos de Carvalho

  
Maria de Fátima Gustavo Lopes